

A COOPERAÇÃO NOS PEQUENOS GRUPOS HUMANOS*

Georges Daniel Janja Bloc Boris

INTRODUÇÃO

Quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um 'Nós', mesmo se a estrutura atual da sociedade, pelo fenômeno da reificação, tende a encobrir esse 'Nós' e a transformá-lo numa soma de várias individualidades distintas e fechadas umas às outras. Há entre os homens uma outra relação possível além da relação de comunidade que chamaremos o 'Nós', expressão de uma ação comum sobre um objeto físico ou social.

GOLDMANN

Uma larga corrente da psicologia social ocidental tem se especializado na investigação dos pequenos grupos humanos, nos quais é possível abordar os processos cooperativos facilmente detectáveis entre os seus participantes. Assim, buscaremos aqui analisar e discutir os vários enfoques psicossociais da cooperação nestes grupos, discriminando pressupostos e passos para o conhecimento sobre o indivíduo em grupo e categorias que facilitem a análise do processo grupal.

* Texto extraído da dissertação de Mestrado em Educação do autor, "O Processo de Cooperação na Psicoterapia de Grupo em Gestalt-Terapia", defendida em maio de 1992, na Universidade Federal do Ceará.

OS VÁRIOS ENFOQUES PSICOSSOCIAIS ACERCA DOS PEQUENOS GRUPOS HUMANOS

A investigação dos pequenos grupos humanos apresenta como qualidade favorável, entre seus ramos, "que os seus representantes reconheçam o facto de, em grupos restritos, os homens serem capazes, por si próprios, de estabelecer uma ordem adequada à sua tarefa" (Hiebsch & Vorweg, 1980, p. 31).

Entretanto, este destaque não deixa de provocar problemas. Se, por um lado, podemos apontar os trabalhos de Lewin (continuados por Festinger, Deutsch, Bavelas, Cartwright, Kelley, Lippit, Heider, Schachter e Thibaut) por suas investigações acerca das formas de liderança e sua clara contraposição à ideologia fascista, por outro, devemos registrar criticamente estes mesmos estudos, especialmente em Moreno (1974; 1975), pela

"concepção de que os pequenos grupos podem servir de 'modelo' para o estudo da sociedade, o que quer dizer que mais se concebe a sociedade como um agregado de pequenos grupos do que os pequenos grupos como 'imagens' da sociedade [acrescentando] que uma tal concepção pode ser facilmente utilizada com intenção apologética" (Hiebsch & Vorweg, 1980, p. 32).

Assim, faz-se necessário cuidar da perspectiva acerca dos grupos e da sociedade, no sentido de não se tomar os pequenos grupos como a unidade central, a partir da qual se concebe a sociedade, as classes e mesmo os indivíduos. A sociedade é a totalidade primeira, e seus grupos, classes e indivíduos são determinados por suas relações sociais, originando, ao mesmo tempo, a estrutura da sociedade. Qualquer mudança interfere em todos os elementos sociais.

Neste sentido,

"desenvolver relações sociais que se efetivem através da comunicação e cooperação entre pessoas, relações onde não haja dominação de uns sobre os outros, por meio de procedimentos educativos e, basicamente, preventivos, se tornou o objetivo central de atividades comunitárias, ..., desde que estes se identifiquem por necessidades comuns a

serem satisfeitas, através de atividades planejadas em conjunto e que impliquem em ações de vários indivíduos, para atingir o objetivo proposto" (Lane, 1986, p. 68).

Assim, a cooperação é um processo educativo e preventivo das atividades grupais, tendo como pressuposto básicas necessidades e ações conjuntas comuns.

A reflexão acerca das origens dos processos ativos utilizados pelos grupos no sentido de sua concretização assume um caráter educativo, recuperando a história individual e social, bem como a consciência de si e das relações historicamente determinadas, através do pensamento, da ação, da comunicação e da cooperação entre os membros grupais (Lane, 1986):

"quando um grupo se reúne para discutir seus problemas, muitas vezes sentidos como exclusivos de cada um dos indivíduos, descobrem existirem aspectos, decorrentes das próprias condições sociais de vida: o grupo poderá se organizar para uma ação conjunta visando à solução de seus problemas. E aquelas necessidades, que sozinhos eles não podiam satisfazer, passam a ser resolvidas pela cooperação entre eles" (p. 69).

A partir desta discussão, podemos rever a noção de pequenos grupos, não mais considerando o grupo

"como dicotômico em relação ao indivíduo (Indivíduo sozinho x Indivíduo em grupo), mas sim como condição necessária para conhecer as determinações sociais que agem sobre o indivíduo, bem como a sua ação como sujeito histórico, partindo do pressuposto que toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam" (Lane, 1987, p. 78).

Assim, descrevemos criticamente os estudos tradicionais sobre os pequenos grupos vinculados à teoria de K. Lewin (1978), que os compreende como espaço topológico e sistema de forças (noção de 'campo'), buscando apreender a dinâmica interpessoal de membros grupais quando em situações de in-

terdependência quanto a uma tarefa (sócio-grupo) e/ou quanto aos próprios membros (psico-grupo). Como conseqüência de observações e experimentos, ter-se-iam desenvolvido conceitos (coesão, liderança, pressão etc.) e descrições de processos grupais meramente reprodutivos para o sistema social mais amplo, através de valores individualistas, harmônicos e mantenedores dos mesmos. A função grupal seria a definição de papéis e da identidade social dos membros, garantindo sua produtividade social. O grupo (coeso, estruturado; ideal, acabado) seria visto como a-histórico numa sociedade também a-histórica, limitado apenas à história individual de cada membro do grupo com os demais (Lane, 1987).

Lewin é criticado por descrever apenas o aparente, quando, por exemplo, conceitua liderança sem captar as relações de poder existentes mesmo sob liderança democrática, e por concluir paradoxalmente a necessidade de uma liderança 'forte' para um grupo ser autônomo. Afirma Lane (1987) que

"a pressuposição de um líder forte implica um poder que será 'doador' a todos, impedindo a emergência da contradição e conseqüentemente a conscientização dos membros do grupo... Sob esta perspectiva os grupos só podem reproduzir relações mantenedoras do 'status quo'" (p. 92).

Conseqüentemente, os pós-lewinianos, através destes pressupostos e desta metodologia, levariam à reificação grupal (como processo 'natural' e 'universal') e à reprodução da ideologia dominante (definidora dos papéis grupais como complementares, produtivos e coesos), sem analisar a instituição e suas determinantes históricas.

Horkheimer & Adorno (1978) estariam entre aqueles que analisam os processos grupais inseridos social e institucionalmente. O microgrupo seria visto como mediador necessário entre o indivíduo e a sociedade, assumindo sua estrutura formas historicamente variáveis (Lane, 1987).

Portanto, ao criticarem o estudo dos microgrupos, estes autores destacam a historicidade grupal e a impossibilidade de generalizações baseadas no empírico, pois

"na aparência as relações são peculiares e somente no aprofundamento da análise do processo ocorrendo, com suas determinações sociais mais amplas,

pode-se captar a natureza reprodutora das relações que se desenvolvem em cada grupo, enquanto relações de dominação (Horkheimer & Adorno, 1978 apud Lane, 1987, p. 93).

Em Loureau (1975), se destaca sua proposta de análise institucional por meio das relações grupais ocorrentes na instituição e sua caracterização do 'grupo-objeto' (cuja segmentariedade visa justapor os membros para a realização de um trabalho e a divisão de trabalho leva à hierarquização do poder) e do 'grupo-sujeito' (capaz de captar objetiva e conscientemente a mediação da instituição). Apenas através da análise da transversalidade se poderia conhecer a segmentariedade, a autonomia e os limites do grupo, condição necessária para a sua transformação em 'grupo-sujeito'. Neste sentido, na medida em que a coesão, a harmonia e a unidade permeiam as relações, as hierarquias de poder são mantidas e, conseqüentemente, o grupo permanece um 'grupo-objeto' (Lane, 1987).

Lapassade (1983) analisa grupos quanto a seu nível dinâmico e institucional. Este último nível determinaria as características grupais, ocorrendo numa contradição entre serialização e totalização. Baseado em Sartre, Lapassade (1983) caracteriza a serialidade como a própria negação do grupo, pois, apesar do objetivo comum, a relação entre os membros é uma mera somatória. Apenas através da organização poder-se-ia falar em grupo, capaz de definir, controlar e corrigir a práxis comum (Lane, 1987).

A categoria de "não-grupo" (Lane, 1987, p. 97) se identifica com a segmentariedade de Loureau (1975) e a serialidade de Sartre e Lapassade (1983):

"são agrupamentos onde, tanto as necessidades como os motivos e as atividades decorrentes são individuais e não conseqüências de uma relação onde predomina o 'nós' e que exige a cooperação de todos" (Lane, 1987, nota de rodapé à p. 97).

Podemos conceber a teoria de Pichon-Rivière (1986) como uma proposta dialética, pois, para este, o grupo é

"o conjunto restrito de pessoas, ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, e articuladas por sua 'mútua representação interna', que se pro-

põe, de forma explícita ou implícita, uma tarefa que constitui sua finalidade" (Pichon-Rivière, 1986, p. 177).

Dentro desta proposta, é desenvolvida uma técnica operativa para capacitar ativamente o grupo para a resolução das dificuldades internas dos seus membros, devidas à ansiedade criada pelo medo da perda do equilíbrio anteriormente obtido e da situação nova e desconhecida, o que gera resistência à mudança e limitações na comunicação e na aprendizagem. Partindo de situações cotidianas, busca uma análise sistemática das contradições emergentes, compreendendo as ideologias inconscientes, geradoras de contradição e/ou estereótipos na produção do grupo, que estruturam as relações sociais e interpessoais. Esta proposta, entretanto, é passível de algumas críticas, pois há a possibilidade da ocorrência de relações de dominação, geradoras de ansiedade, o que facilmente levaria os grupos a se desfazerem. Teoricamente, é criticável a utilização de um esquema conceitual, em vez de categorias que se relacionem com fatos concretos, o que caracteriza a proposta como dialética idealista, já que pressupõe contradições (interno/externo, sujeito/grupo, implícito/explicito, projeto/resistência à mudança) sem relação com a contradição fundamental das condições histórico-sociais nas quais o grupo está inserido. Assim, o psicólogo-coordenador seria concebido como uma entidade em si, numa visão dicotômica e idealista do homem, dotado de um saber que lhe capacita a interpretar o psíquico oculto dos membros do grupo, ou seja, uma figura de poder. Lane (1987) classifica a proposta de conscientização desta teoria como

"um processo terapêutico tradicional (autoconhecimento) sem que necessariamente seja um processo de conscientização social onde determinações históricas de classe e as especificidades da história individual se aclaram e se traduzem em atividades transformadoras (p. 94).

Nesta teoria, os papéis, apesar de definidos institucionalmente, são objetivos de expectativas individuais (produto isento das determinações histórico-sociais), dando espaço à mediação ideológica dos mesmos, pois se reporta apenas à contradição interno/externo, omitindo a reprodução das relações sociais.

O grupo operativo é analisado por Calderón & De Govia (1978), que o definem como "uma relação significativa entre duas ou mais pessoas" (Calderón & De Govia, 1978 *apud* Lane, 1987, p. 80), que ocorre através de ações encadeadas, em função de necessidades materiais e/ou psicossociais, objetivando produzir satisfações. A produção grupal seria realizada em função de metas grupais que, para a sua consecução, necessitaria da cooperação entre seus membros. Estes autores caracterizam os grupos em termos de fases, pois compreendem não existirem grupos puros, já que se processam constantemente e dialeticamente, um estágio envolvendo aspectos do estágio anterior, transformando-se na medida em que criam os meios para satisfazer as necessidades grupais. Assim, numa primeira fase de baixa produtividade, o 'grupo aglutinado' consiste numa forma de relação na qual os membros têm expectativa de propostas de ações conjuntas que visem à solução por parte do líder. Segue esta fase o 'grupo possessivo', no qual o líder passa a ser um coordenador funcional e as tarefas exigem a participação de todos os membros, o que proporciona maior integração e conhecimentos mútuos. Num terceiro momento, o 'grupo coesivo' proporciona aceitação mútua entre seus membros, o líder ainda é um coordenador e a ênfase das preocupações do grupo se volta para a manutenção da segurança obtida, o grupo se fechando para evitar a possibilidade de inclusão de novos membros. Finalmente, a partir da acumulação de experiências e aprendizagens, surge o 'grupo independente', onde a liderança é compartilhada, as relações de dominação minimizadas, tendendo à autogestão e à satisfação de suas metas, o que leva ao surgimento de novas metas que visam ao desenvolvimento dos membros e daqueles que com eles se relacionam. Lane (1987) considera esta abordagem a que mais se aproxima da sua, uma proposta materialista histórica,

"... mantendo a unicidade individual como produto histórico e manifestação de uma totalidade social. São as necessidades que reúnem indivíduos em grupo para, cooperando, satisfazê-las. Para tanto, se organizam de formas próprias (lideranças) ..."
(p. 95).

Entretanto, ressalva que a caracterização de estágios ou tipos grupais não garante a compreensão do processo do grupo, da

superação das contradições e da conscientização de seus membros, o que os tornaria agentes históricos.

A partir desta revisão crítica das teorias sobre o grupo, feita por Lane (1987) detectamos, por um lado, teorias tradicionais que atribuem ao grupo a função de definir papéis e a identidade social dos seus membros e de garantir a produtividade através da harmonia das relações estabelecidas; existem também teorias que enfatizam a mediação do grupo na relação indivíduos-sociedade e o seu processo de autoprodução, compreendendo a presença necessária dos determinantes sociais mais amplos nas relações grupais.

Conseqüentemente, podemos ter alguns pressupostos que possibilitem o conhecimento acerca do grupo:

- (a) apenas uma perspectiva histórica pode descobrir o significado tanto da existência quanto da ação grupal, ou seja, considerando sua inserção na sociedade e suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas;
- (b) parece ser mais coerente se falar em processo grupal em vez de grupo, pois este só poderá ser conhecido enquanto processo histórico; e
- (c) como conseqüência dos enunciados anteriores, todo grupo tem a função histórica de manter ou transformar as relações sociais decorrentes das relações de produção. Portanto, o grupo, tanto como forma de organização como em sua ação, reproduz ideologia e só uma análise histórica permite compreendê-la, já que o estudo isolado de pequenos grupos reforça a ideologia grupal como natural e universal, reproduzindo-a com uma capa científica.

Podemos ir mais além, concluindo que

“toda análise que se fizer do indivíduo terá de se remeter ao grupo a que ele pertence, à classe social, enfocando a relação dialética homem-sociedade, atentando para os diversos momentos dessa relação (Lane, 1987, p. 84).

Assim, baseados em Lane (1987), sugerimos alguns passos para uma análise materialista dialética do indivíduo num processo grupal:

(1) Deve-se partir da idéia de que, apesar de formas e graus diferenciados, o homem de quem se está tratando é o homem alienado, cujas representações e consciência de si e do outro são, inicialmente, desconectadas da produção de suas determinações concretas. Este mesmo homem opera, enquanto vivência subjetiva, ideologicamente (capitalismo), se representando como um indivíduo livre, autodeterminado e consciente de sua ação e representação; por outro lado, em nível da realidade objetiva, as ações e interações são moldadas por papéis sociais, restringindo-as ao permitido e ao desejado (manutenção do 'status quo'), reproduzindo o sistema (relação dominador-dominado, explorador-explorado). Uma análise materialista dialética do processo grupal tem que partir destes dois níveis de análise para que as determinações concretas possam romper as representações ideológicas, emergindo uma consciência histórica e uma ação social como práxis transformadora, dissolvendo esta dualidade;

(2) Como todo grupo sempre existe inserido em instituições, é necessária uma análise do tipo de inserção grupal na instituição na qual o grupo está incluído, observando-se como suas tarefas são acionadas em relação ao nível da vivência subjetiva e das determinações concretas;

(3) É importante a análise da história de vida de cada membro grupal, mas compreendendo esta história como uma condensação do sistema de papéis assumidos e desempenhados na história do processo grupal;

(4) Mesmo reconhecendo a determinação recíproca dos níveis de análise da vivência subjetiva e das determinações concretas do processo grupal, é no nível do desempenho dos papéis (nível das determinações concretas) que deve se assentar a análise dialética deste processo, pois é aí que se reproduz a luta pelo poder e a relação dominador-dominado e emergem a oposição, a negação, a contradição e a negação da negação, constituintes da dialética do grupo;

(5) É importante também a análise do desenvolvimento das vivências subjetivas e das representações ideológicas grupais, pois estas refletem o grau de mascaramento ou de emersão (como consciência prática) das determinações concretas.

“De forma geral, diríamos que as contradições fundamentais se dão no nível da ação e da interação grupal, onde o exercício da dominação tenderia a gerar contradição e negação da própria dominação (através dos papéis). Ora, é a dominação e o seu exercício que sustentam a representação ideológica do ‘individualismo’ (na medida em que o indivíduo só pode ser ‘livre’ e autônomo pela negação de outro indivíduo, quer dizer, pela negação na interdependência entre si mesmo e o outro)” (Lane, 1987, p. 86).

Essas contradições emergentes ao nível das vivências subjetivas tenderiam a produzir outra contradição periférica (contradição entre este último nível e o das determinações concretas), da qual poderia surgir uma consciência prática, geradora de práxis grupal. Entretanto, esta consciência prática pode ser impedida de emergir pelo refluxo das representações ideológicas já existentes no grupo (Lane, 1987);

(6) Os papéis sociais tanto podem se manifestar como interação efetiva no nível das determinações concretas (reproduzindo a estrutura relacional do sistema), quanto como representação ideológica ao nível das vivências subjetivas. Por exemplo, o papel de líder, ao nível das vivências subjetivas e representações ideológicas, pode ser percebido como um mero coordenador (função de máscara), enquanto que, em nível das determinações concretas, pode ter uma ação dominadora (função de denúncia e motor da dialética) (Lane, 1987).

Em decorrência destas reflexões teóricas, observações acerca da participação dos membros de grupos em situações naturais mostram que, inicialmente, a participação grupal sugere uma caracterização em termos de oposição e/ou conflitos, mas, posteriormente, a mesma ocorre “na forma de

‘acréscimos’ ou de ‘contribuições’, dentro de um processo de comportamentos encadeados” (Lane, 1987, p. 87). A partir destas observações, também é possível compreender o significado dos comportamentos paralelos (por exemplo, comentários entre dois membros) como participação apenas quando se trata de ação efetivamente compartilhada com todo o grupo. Da mesma forma, o significado das participações individuais não é fornecido pela própria situação, mas pelo modo de inserção dos membros e pelas relações sociais com a instituição na qual o grupo está incluído.

Ainda dentro da questão da participação dos membros grupais, o ato de assumir papéis de forma prévia ao grupo e definida institucionalmente amiúde tem

“a função implícita de reproduzir relações sociais e, como tal, mascarar as contradições decorrentes de relações de dominação existentes em papéis ditos complementares. Na medida em que os papéis são desempenhados como ‘naturais’, os indivíduos têm pouca consciência de sua participação no grupo: as coisas acontecem como ‘devem ser’; senão, é porque alguém não cumpriu com o seu papel...” (Lane, 1987, 87-88).

Conseqüentemente, há a cristalização de papéis, ou seja, a evitação de comportamentos novos que propiciem o questionamento e a possível desestruturação do grupo, agindo-se no sentido de evitar conflitos (participação circular e preservação da alienação). Portanto, há a necessidade de se analisar e questionar o assumir papéis e as determinações institucionais que permeiam as relações entre os membros, propiciando

“... a emergência de um sentido de ‘nós o grupo’... [num] ... processo em espiral, onde as contradições acabariam por se aclarar, levando o grupo a uma transformação qualitativa na participação e na produção grupal” (p. 88).

Só assim os membros do grupo poderão tomar consciência das determinações históricas presentes na sua participação no processo grupal.

Assim, pode-se criticar as técnicas de treinamento de grupo que centram sua ênfase na liderança funcional e na troca

de papéis, impedindo o surgimento de contradições e mantendo o grupo como reprodutor ideológico das relações sociais (Lane, 1987).

“Quanto à questão da participação grupal, esta... se dá dentro de um processo de produção grupal... A produção do grupo não poderia ser identificada, necessariamente, com a tarefa nem com os objetivos do grupo. A produção seria a própria ação grupal, que se dá pela participação de todos, seja em torno de uma tarefa, seja visando um objetivo comum. Seria processo de produção o grupo se organizar, assumir papéis, realizar tarefas, em outras palavras, seria se produzir como grupo, ou seja, a práxis grupal... Nas relações entre os indivíduos, pela participação entre eles, estes se transformam e transformam o grupo, produzindo o próprio grupo” (Lane, 1987, p. 89).

Acreditamos que a produção grupal ocorre num processo em espiral, que parcialmente tem sido abordado pelas teorias da dinâmica de grupos (caracterização da individualização no assumir papéis e análise do grupo como necessária para definir a identidade social de seus membros). Estas teorias geralmente se limitam ao reconhecimento da estagnação da cristalização de papéis e às propostas de alternativas de participação (troca de papéis, liderança funcional, etc.) como saídas para garantir o bom funcionamento grupal ou “circularidade” (Lane, 1987, p. 89) na participação. Aplicando a lei da negação à análise do processo de produção, as teorias tradicionais se mantêm na primeira negação, compreendendo

“o grupo como negação da condição de ‘espécie biológica’ do homem que os mantém semelhantes, permitindo a concretização de individualidades, de diferenciações entre elas, diferenciações que se cristalizam em papéis que definem as relações sociais a serem mantidas. No momento em que isto se dá, cessaria o processo de produção” (p. 89).

dando-se a rotina ou institucionalização do grupo.

Entretanto, observações indicam que não se confirma a perpetuação desta condição proposta pelas teorias tradicionais,

pois “o grupo entra em ‘crise’, se desestrutura” (Lane, 1987, p. 89). A análise da participação possibilitaria uma segunda negação (negação da negação), constatando a função ideológica (máscara) dos papéis assumidos num contexto histórico, possibilitando a desalienação (percepção como membros da sociedade, semelhantes quanto às suas determinações históricas) e um desapego à individualidade institucionalizada, assumindo uma identidade e uma ação grupais, propiciadoras da transformação social. Portanto,

“o estudo de pequenos grupos se torna necessário para entendermos a relação indivíduo-sociedade, pois é o grupo condição para que o homem supere a sua natureza biológica e também condição para que ele supere a sua natureza ‘individualista’, se tornando um agente consciente na produção da história social” (Lane, 1987, p. 90).

UMA PROPOSTA DE CATEGORIAS PARA A ANÁLISE DO PROCESSO GRUPAL

Assim, resumimos algumas categorias básicas para a análise do processo grupal:

(1) **Categoria de produção:** a produção da satisfação de necessidades (Calderón & De Govia, 1978) induz necessariamente à produção de relações grupais; portanto, “a produção do grupo é produção grupal — é o processo histórico do grupo. Ou seja, o processo grupal se caracteriza como sendo uma ‘atividade produtiva’” (Lane, 1987, p. 96);

(2) **Categoria de dominação:** na sociedade capitalista brasileira, para a reprodução da infra-estrutura, são necessárias mediações diversas que reproduzam relações de dominação-submissão. Nos grupos que se propõem a um relacionamento de igualdade entre seus membros, há dominação através da submissão destes a outrem. Portanto, impõe-se a análise das instituições que atuam como mediadoras infra e superestruturais, por meio da definição de papéis reprodutores das relações sociais (Lane, 1987);

(3) **Categoria de grupo-sujeito** (Loureau, 1975): que só se caracteriza quando o observador, também participante, analisa as contradições produzidas pelas relações de dominação, propiciando uma auto-análise grupal (Lane, 1987);

Concordamos com Lane (1987) quando destaca que, em suas observações, não conseguiu detectar nenhum grupo que na totalidade de seus membros, agisse em plena consciência.

"Detectou-se pessoas em processo de conscientização, enquanto outras resistiam a mudanças, e, quando a pressão oriunda da análise se tornava perturbadora, a tendência era sempre de o grupo se desfazer, seja pela separação física, seja pela reorganização de tarefas de forma a torná-las independentes entre si, fazendo com que o produto final fosse apenas somatória de produtos individuais, ou seja, uma reorganização que é a própria negação do grupo" (Lane, 1987, p. 96).

(4) **Categoria de não-grupo**: grupo no qual as tarefas são sempre individuais, sem a necessidade de ações encadeadas para a produção. Conseqüentemente, "só é grupo quando ao se produzir algo se desenvolvem e se transformam as relações entre os membros do grupo, ou seja, o grupo se produz" (Lane, 1987, p. 97).

Portanto, para um grupo se configurar como grupo-sujeito, necessita de pressão exterior, ou vivenciar uma condição de marginalização, ou um intenso compromisso (por exemplo, político) entre seus membros, pois a conscientização ocorre diferenciadamente, em termos de estágios, entre seus membros, o que engendra contradições de difícil superação, muitas vezes levando à dissolução do grupo antes da sua conscientização. Nossa sociedade é fértil em recursos inibidores da conscientização grupal (Lane, 1987).

Assim, "o grupo social é condição de conscientização do indivíduo" (Lane, 1987, p. 97), mas, por outro lado, é passível de produzir relações sócio-históricas mantenedoras das relações de produção, através de mediações institucionais. Decorre daí, portanto, a necessidade de o grupo se auto-analisar, pois senão apenas se re-ajusta, sem proporcionar mudanças qualitativas nas relações entre seus membros.

CONCLUSÃO

Neste texto, vimos que a psicologia social tem se especializado no enfoque dos pequenos grupos humanos, já que estes permitem evidenciar a manifestação de atitudes cooperativas entre os participantes grupais.

Este destaque ao pequeno grupo tem, por outro lado, gerado equívocos tanto teóricos quanto práticos. Várias teorias da psicologia social ocidental têm concebido o grupo como modelo para os estudos sociais, escamoteando o fato de que os grupos são mediações entre os indivíduos e a sociedade, e que a sociedade é a real determinante da individualidade e mesmo dos próprios grupos.

Assim, os grupos devem ser compreendidos como espaços que permitem o conhecimento de como a sociedade determina as individualidades específicas e de como estas, a partir de seu agrupamento, se transformam e transformam a sociedade em que estão inseridas. Portanto, já não faz sentido a dicotomia indivíduo-sociedade, pois estes 'níveis' são definidos a partir de constituição histórica mútua.

Concordamos com Lane (1987) quando expõe os pressupostos e passos necessários para o conhecimento do indivíduo em grupos: adoção de uma perspectiva histórica, processual e dialética; concepção dos grupos como mantenedores/transformadores das relações sociais; visão do homem que tratamos como alienado, situado numa sociedade dominadora (capitalista); necessidade de análise da inserção grupal nas instituições sociais; importância da análise histórico-individual, inserida num sistema de papéis assumidos e desempenhados no processo grupal, reprodutores das contradições sociais (dialética grupal) em nível subjetivo, e mascaradores de suas determinações concretas, tanto no que se refere aos participantes comuns quanto ao líder; necessidade de análise da participação e, especialmente, da produção grupal, como categoria básica, constituidora da essência do grupo: a produção e constante transformação de si mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDERÓN, J. F. & DE GOVIA, G. C. C. *El grupo operativo — teoria y práctica*. 2. ed. México Df: Extemporáneas, 1978.
- GOLDMANN, L. *A criação cultural na sociedade moderna*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- HIEBSCH, H. & VORWERG, M. *Introdução à psicologia social marxista*. Venda Nova, Amadora, Portugal: Novo Rumo, 1980.
- HORKHEIMER, M. & ADORNO, T. "O grupo". In: *Temas básicos de sociologia*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 61-77.
- LANE, S. T. M. *O que é psicologia social*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986 (Primeiros passos).
- . "O processo grupal". In: LANE, S. T. M. & CODO, W. (orgs.) *Psicologia social: o homem em movimento*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 78-97.
- LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- LEWIN, K. *Problemas de dinâmica de grupo*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1978.
- LOUREAU, G. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MORENO, J. L. *Psicoterapia de grupo e psicodrama: introdução à teoria e à práxis*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- . *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- PICHON-RIVIÈRE, E. *O Processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.